



SOCIEDADE JUSTIÇA



Maria José Morgado **jubilou-se** mas já pediu para ir para o Supremo. Quarenta anos depois, "a Justiça está mais corajosa"

“Deixou de haver uma justiça para ricos e para pobres”

Texto RUI GUSTAVO Foto TIAGO MIRANDA

Quarenta anos e alguns meses depois, Maria José Morgado jubilou-se e deixa de ser a procuradora-geral distrital de Lisboa, o cargo mais alto a que chegou na estrutura do Ministério Público. Mas quer continuar a trabalhar, apesar de não ganhar mais um cêntimo por isso: "O Ministério Público é o meu vício, a minha adição. Sou MP até às entranhas", confessa a procuradora — talvez a magistrada mais conhecida do país — que vai pedir ao Conselho Superior do Ministério Público que a coloque no Supremo Tribunal de Justiça. "Depende da aprovação do conselho e da proposta da procuradora-geral, mas esta é a minha vontade: despachar processos." Morgado só vai ser substituída formalmente no início de janeiro por Amadeu Guerra, ex-diretor do DCIAP, que foi eleito pelo conselho apesar de não ter sido o candidato proposto pela procuradora-geral, Lucília Gago. E tem passado os últimos dias a arrumar a casa para Amadeu Guerra. "Quando comecei a minha carreira tinha um armário com 900 processos por despachar. No dia em que saí do tribunal levei na mão um papel do escrivo a dizer que tinha zero processos por despachar. Agora não quero que seja diferente."

Aos 67 anos, Maria José Morgado nunca fez outra coisa. Ou quase: "Fui monitora na universidade de Direito e dei umas aulas na secundária dos

Anjos, em Lisboa, já nem me lembro de quê". Em 40 anos de serviço, garante, "nunca" deu "uma falta" ou pediu "uma licença". Nem para ter a filha? "A Laura nasceu em 1976, é uma filha do refluxo revolucionário. Tinha deixado de acreditar na revolução, ainda não tinha entrado no MP e queria muito uma filha. É Laura porque a minha madrinha que foi torturada também era Laura", conta a ex-militante do PCTP-MRPP, partido de extrema-esquerda onde ganhou o diminutivo que a acompanha desde então. "Mize" decidiu jubilar-se porque "está na altura" e, não nega, porque com a aprovação do novo estatuto do MP iria perder 11 por cento do vencimento. "Tive de fazer contos, como qualquer pessoa que viva do ordenado."

A herança de Joana Marques Vidal

Nestes quarenta anos, Maria José Morgado fez acusações e julgamentos, perdeu e ganhou processos, foi nomeada para cargos de direção, demitiu-se, zangou-se, foi promovida, elogiada, criticada, fez denúncias e acredita que houve progressos: "Nos últimos anos houve uma mudança no combate ao crime económico-financeiro. Há uma maior especialização da polícia e dos magistrados e uma atitude diferente. A Justiça que temos agora é mais corajosa e conseguimos pôr termo à ideia de que há uma justiça para ricos e duas medidas: uma justiça para ricos e para pobres". Para a magistrada, "é uma herança de Joana Marques Vidal e é desejável que seja seguida". Lucília Gago foi escolhida pelo Governo para suceder a Joana Marques

Vidal e antes já tinha sido a escolhida para suceder a Maria José Morgado na direção do DIAP de Lisboa, cargo que deixou depois de alegados conflitos com alguns magistrados. Será a pessoa certa para seguir a herança de Marques Vidal? "Não faço considerações sobre o PGR em funções. Nem sobre os anteriores."

Desde que entrou para o MP, Maria José Morgado trabalhou com os PGR Arala Chaves, Cunha Rodrigues, Souto de Moura, Pinto Monteiro, Joana Marques Vidal e, por alguns dias, Lucília Gago. Apesar da notoriedade que atingiu, especialmente no combate à corrupção e ao crime económico, e de o seu nome ter sido falado algumas vezes para o cargo, a verdade é que sai de cena sem chegar ao topo da hierarquia do MP e sem nunca ter recebido um convite para PGR. "Não tenho o perfil desejável, o modelo de escolha é político."

"Apesar da evolução, numa coisa continuamos iguais ao primeiro dia em que entrei nesta casa: o MP continua em grandes dificuldades com a falta de peritos financeiros e informáticos próprios, o que provoca um enorme desgaste, perda de tempo e falta

de eficácia. Porque é que continua assim? Essa é a grande questão. Houve melhorias no DCIAP, que só depende da PGR, mas nos departamentos de investigação (DIAP) continua-se dependente das migalhas do Orçamento do Estado".

Morgado começou como procuradora no Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, passou pelo Cível ("os piores anos da minha vida") e ganhou nome no Tribunal da Boa Hora, onde acumulou a coordenação do Ministério Público com julgamentos complexos como o de Carlos Melancia ou o caso dos hemofílicos, que acabaram sem a condenação dos arguidos. "Não vejo isso como derrotas. Fiz o meu trabalho honestamente e recorri sempre que achei que tinha de o fazer. Tratei sempre toda a gente por igual e os processos da mesma maneira. Fiz e faço questão disso".

Foi diretora do DIAP de Lisboa, onde conseguiu criar seções especializadas de combate à corrupção e ao crime especialmente violento, provavelmente as suas grandes marcas no MP. Seria nomeada por Pinto Monteiro para coordenar a equipa do Apto Dourado, um processo de corrupção no futebol que envolveu clubes como o FC Porto e o Boavista e vários árbitros e dirigentes do futebol. Houve mais de 50 acusações e várias condenações mas Pinto da Costa, presidente do FC Porto e o principal arguido do processo, acabou libilado. "Nunca pessoalizei. O tribunal decide o que entende e não há motivos para mágoas. Nós fizemos o nosso trabalho. O que está em causa é a vida das pessoas, não é a nossa. Não posso ter opiniões pessoais nos processos. Não tenho nenhum desgosto, só saudade."

rgustavo@expresso.imprensa.pt

“CONVITE PARA PGR? NÃO TENHO O PERFIL DESEJÁVEL, O MODELO DE ESCOLHA É POLÍTICO”